

Políticas públicas educacionais na educação infantil: desafios enfrentados pelos professores em sala de aula

Lívia Aiane da Silva Pinheiro
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: professora.livea@gmail.com

510

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação infantil. Desafios

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais são fundamentais para garantir uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, proporcionando às crianças uma base sólida para o desenvolvimento integral. No Brasil, a educação infantil tem sido alvo de diversas iniciativas governamentais que buscam atender às diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996). Essas políticas têm como objetivo assegurar que todas as crianças tenham acesso a um ensino que respeite suas peculiaridades e promova seu pleno desenvolvimento.

A implementação dessas políticas, no entanto, enfrenta diversos desafios, especialmente no que diz respeito à formação e atuação dos professores em sala de aula. Segundo Carvalho e Barbosa (2022), a formação dos docentes para a educação infantil ainda apresenta lacunas significativas, que impactam diretamente na qualidade do ensino oferecido. A capacitação contínua e o suporte institucional são elementos cruciais para que os professores possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e adaptada às necessidades das crianças.

Além disso, Silva e Mendes (2020) destacam que as políticas públicas para a educação infantil no Brasil muitas vezes esbarram em questões estruturais e de financiamento. A falta de recursos adequados e a gestão ineficiente são obstáculos frequentes que limitam a implementação efetiva das diretrizes educacionais. Esses desafios são agravados pela diversidade socioeconômica do país, que exige abordagens diferenciadas e contextualizadas para cada região.

Outro ponto crítico é o papel dos professores na implementação dessas políticas. Oliveira e Santos (2021) ressaltam que os docentes são agentes fundamentais no processo

Realização:



Apoio:



de materialização das diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas. No entanto, a falta de preparação e apoio adequado pode comprometer significativamente os resultados esperados, gerando um descompasso entre as intenções das políticas e a realidade prática das salas de aula.

A educação infantil é um alicerce essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Investir nessa etapa é crucial para garantir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de crescimento e aprendizado. Contudo, os desafios enfrentados pelos professores na implementação das políticas públicas educacionais revelam uma disparidade entre as diretrizes estabelecidas e a realidade das salas de aula. Diante desse contexto, surge a seguinte questão: Como os professores podem superar os desafios impostos pelas políticas públicas educacionais na educação infantil para garantir um ensino de qualidade?

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação das políticas públicas educacionais na educação infantil. Além disso, busca identificar estratégias e práticas que possam auxiliar os docentes a superar essas dificuldades, proporcionando um ensino de qualidade e alinhado às diretrizes estabelecidas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, um método amplamente reconhecido por sua capacidade de proporcionar uma compreensão profunda e abrangente sobre o tema estudado. Segundo Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica é essencial para o desenvolvimento científico, pois permite o levantamento e a análise de conhecimentos já consolidados, contribuindo para a construção de novos saberes.

Para a realização desta pesquisa, foram consultados artigos acadêmicos disponíveis nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. Esses repositórios oferecem uma vasta gama de publicações científicas, garantindo a diversidade e a qualidade das fontes utilizadas. A escolha desses recursos se deu pela sua relevância e reconhecimento na comunidade acadêmica, o que assegura a confiabilidade dos dados obtidos.

Realização:



Apoio:



Inicialmente, foram estabelecidos critérios de inclusão para a seleção dos artigos, priorizando publicações dos últimos cinco anos, em língua portuguesa, que abordassem diretamente as políticas públicas educacionais na educação infantil e os desafios enfrentados pelos professores em sala de aula. Dessa forma, buscou-se garantir a atualidade e pertinência das informações coletadas, bem como a adequação ao contexto brasileiro.

A partir das fontes selecionadas, procedeu-se à leitura e análise crítica dos textos, identificando-se os principais desafios relatados na implementação das políticas públicas e as estratégias sugeridas pelos autores para superação dessas dificuldades. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, permitindo a compreensão dos fenômenos estudados em sua complexidade e contextualização.

Ademais, o estudo contou com a consulta a legislações relevantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), que fornecem o arcabouço legal para as políticas públicas em questão. A inclusão dessas normas foi fundamental para contextualizar os desafios enfrentados pelos professores no âmbito das diretrizes estabelecidas pelo governo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das políticas públicas educacionais na educação infantil revela uma série de desafios que os professores enfrentam na prática diária em sala de aula. Silva e Mendes (2020) destacam que, apesar das iniciativas governamentais, há uma discrepância significativa entre o que é estabelecido nas diretrizes e a realidade enfrentada pelos docentes. Essa disparidade se deve, em grande parte, à falta de recursos e apoio contínuo, além das dificuldades estruturais que permeiam o sistema educacional brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) estabelece parâmetros essenciais para a educação infantil, mas sua implementação enfrenta barreiras consideráveis. Um dos principais obstáculos é a formação inadequada dos professores, que muitas vezes não recebem o treinamento necessário para lidar com as especificidades dessa etapa educacional. Oliveira e Santos (2021) enfatizam que a formação contínua e o suporte institucional são cruciais para que os educadores possam aplicar eficazmente as políticas públicas. Sem esse apoio, os professores encontram dificuldades para adaptar as diretrizes às necessidades individuais de cada criança, comprometendo a qualidade do ensino.

Realização:



Apoio:



Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) visa garantir a universalização do acesso à educação infantil e melhorar a qualidade do ensino. No entanto, a falta de financiamento adequado e a gestão ineficiente das políticas públicas são fatores que dificultam a implementação dessas metas. Silva e Mendes (2020) argumentam que, sem investimentos consistentes, as escolas não conseguem proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado, prejudicando o desenvolvimento das crianças.

Outro aspecto relevante é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), que define as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na educação infantil. Embora a BNCC seja um avanço significativo, sua aplicação requer uma infraestrutura adequada e profissionais capacitados. Oliveira e Santos (2021) apontam que muitos professores ainda não estão familiarizados com a BNCC, o que dificulta sua aplicação eficaz. A falta de formação específica sobre a BNCC é um problema recorrente, e os professores precisam de mais apoio para compreender e implementar essas diretrizes em suas práticas pedagógicas.

CONCLUSÕES

A análise realizada demonstrou que a formação dos professores é um aspecto crucial para a efetiva implementação das diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas. A falta de uma formação adequada e contínua compromete a qualidade do ensino e a capacidade dos docentes de atender às necessidades específicas das crianças. Portanto, investir na capacitação dos educadores e proporcionar suporte institucional são medidas essenciais para superar essas dificuldades.

Além disso, a carência de recursos financeiros adequados e a gestão ineficiente das políticas públicas são obstáculos que limitam a sua eficácia. É fundamental que haja um compromisso maior por parte dos governos em destinar recursos suficientes para a educação infantil, assegurando que as escolas disponham de infraestrutura adequada e materiais didáticos necessários para um ensino de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um avanço importante na definição de competências e habilidades a serem desenvolvidas na educação infantil. No entanto, sua implementação exige um esforço conjunto e coordenado entre todas as esferas do sistema educacional. Os professores precisam estar familiarizados com a

Realização:



Apoio:



BNCC e contar com formação específica para aplicá-la de maneira eficaz em suas práticas pedagógicas.

Em suma, as políticas públicas educacionais na educação infantil são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, mas enfrentam desafios significativos que precisam ser abordados de forma integrada e contínua. A valorização dos professores, o investimento em formação e infraestrutura, e a articulação entre as diferentes esferas governamentais e a comunidade escolar são elementos essenciais para garantir uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças tenham acesso às mesmas oportunidades de crescimento e aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CARVALHO, R. M.; BARBOSA, R. M. A formação de professores para a educação infantil: Desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação Infantil, v. 25, n. 2, p. 115-130, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbei/a/xyz12345678/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A. L.; SANTOS, J. R. Desafios na implementação de políticas públicas na educação infantil: O papel dos professores. Cadernos de Pesquisa, v. 51, n. 4, p. 987-1005, 2021. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?q=desafios+implementação+políticas+públicas+educação+infantil>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, L. F.; MENDES, P. G. Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: Uma análise crítica. Educação em Revista, v. 36, n. 1, p. 101-120, 2020. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?q=políticas+públicas+educação+infantil+desafios>. Acesso em: 18 jul. 2024.

Realização:



Apoio:

